



SINDUSFARMA

**III Fórum Nacional de
Produtos para a Saúde no
Brasil**

1º.9.2016

Um pouco da **nossa história**

Foi fundada e esse ano completou **83 anos de existência**

1933

30mil

Laboratórios farmacêuticos **nacionais e internacionais** e colaboradores

249

Das empresas filiadas são **responsáveis pelas vendas** do mercado no país

1ª

95%

Entre técnicos e executivos do setor já passaram pelos **programas de Educação continuada e desenvolvimento Profissional**

Entidade pioneira na **edição de manuais técnicos** para a indústria farmacêutica



BRASIL

Situação Econômica e Perspectivas 2016

Venda de medicamentos deve manter ritmo de crescimento em meio à crise

Farmacêuticas

Stella Fontes
De São Paulo

As vendas de medicamentos no Brasil ao longo de 2016 devem manter a força exibida no ano passado e seguir em trajetória de expansão, a despeito da expectativa de aprofundamento da crise econômica no país. O ritmo, porém, deve cair ao longo dos meses e, pela primeira vez em 20 anos, a taxa de crescimento poderá ficar abaixo da inflação.

Para a consultoria IMS Health, a expectativa é de alta de 8% nas vendas em reais no varejo farmacêutico, ao mesmo tempo em que o Produto Interno Bruto (PIB) deve recuar 3% com base nas estimativas iniciais de mercado.

Em 2015, em valor, as vendas subiram 14%, para R\$ 75,4 bilhões. Com os descontos concedidos nas farmácias, a alta foi de 7,4%, para

R\$ 45 bilhões. Em unidades, a expansão também foi de 7,4%.

Para entidades que representam os laboratórios no país, porém, a projeção inicial de desempenho pode ser otimista. "Acho muito difícil que se chegue a 8%. Se a indústria alcançar, vai ser motivo de muita comemoração", afirmou o presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma), Nelson Mussolini.

O desempenho de janeiro já deu mostras de que o crescimento da demanda perde fôlego. Com base na IMS, o sindicato calcula que as vendas das farmacêuticas no varejo, considerando-se os descontos concedidos, somaram R\$ 3,52 bilhões, alta de 5,8% na comparação anual. Em unidades, o crescimento foi de 3%, para 269,3 milhões.

Já as vendas nominais, sem considerar os descontos concedidos nas farmácias, cresceram 9,9% na comparação anual, mais uma vez

impulsionadas pelo segmento de genéricos, que teve expansão de 19,9%. Em volume, a comercialização de genéricos saltou 12,7%, enquanto as vendas totais — considerando-se todas as categorias de medicamentos — subiram 3,2%.

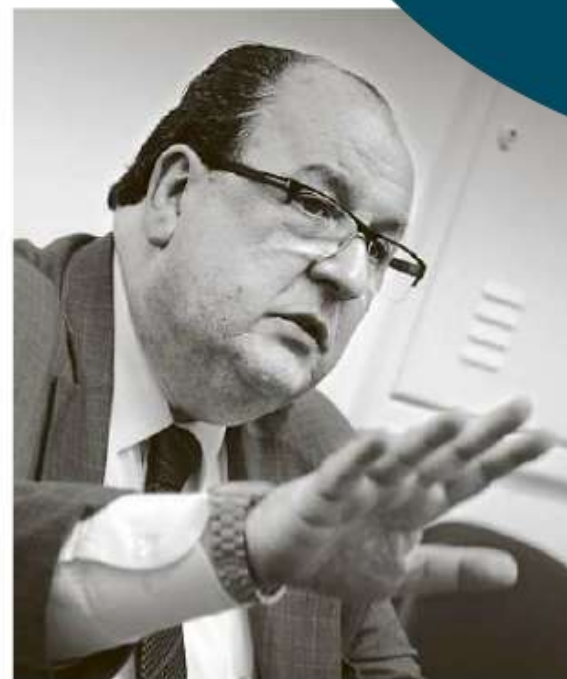
"As vendas nominais cresceram de forma mais atenuada, mas ainda estão perto de mostrar expansão de dois dígitos", destacaram em relatório os analistas Guilherme Assis e Felipe Cassimiro, da Brasil Plural, que avaliam que os números de janeiro reforçam a tese de que esse mercado deve se manter resiliente em 2016.

Contudo, o câmbio em torno de R\$ 4, que aumenta o gasto com princípios ativos importados, e a maior concorrência entre os laboratórios já começaram a deixar marcas nas margens da indústria e pode haver reflexo nos descontos mais à frente. Em teleconferência com analistas no início da semana, o presidente da Hypermarcas,

Claudio Bergamo, alertou que a empresa já está reduzindo os descontos concedidos à distribuição e reconheceu que, em algum momento deste ano, esse movimento deve chegar ao consumidor final.

Em janeiro, houve alguma redução nos descontos concedidos frente a dezembro — enquanto no mercado total os descontos alcançaram 41,5%, em genéricos ficaram em 71,6%. Na comparação anual, o movimento foi na direção oposta. Segundo a Brasil Plural, a média no mercado geral foi 225 pontos-base maior do que a registrada em janeiro de 2015. Já no segmento de genéricos, o aumento no desconto foi de 380 pontos-base.

Um dos principais desafios da indústria farmacêutica é manter a política de descontos em um ambiente de valorização do dólar, uma vez que quase 90% dos princípios ativos usados na produção de medicamentos no país são importados. Ao mesmo tempo, o



Mussolini, do Sindusfarma: "Muito difícil que se chegue a 8% [de crescimento]"

reajuste máximo autorizado pelo governo — os remédios têm preço controlado no Brasil —, via Câmara de Regulação do Mercado de

Medicamentos (Cmed), nem sempre repôs a inflação, o que tem levado a indústria a operar com margens cada vez menores.

Recessão se agrava e queda do PIB já se aproxima de 4%

De São Paulo e do Rio

O recuo de 1,7% da atividade econômica no terceiro trimestre em relação ao período imediatamente anterior foi pior do que se esperava — a média das projeções coletadas pelo Valor Data era -1,3%. Essa surpresa negativa provocou uma série de revisões nas previsões para o Produto Interno Bruto (PIB). Para este ano, já se estima uma recessão próxima de 4%. Para 2016, se o ritmo de produção atual for mantido, sem novas quedas, só a herança estatística, ou seja, o efeito dos dados apurados sobre os próximos trimestres, já significaria um encolhimento entre 1,5% e 2%.

As principais surpresas negativas dos

dados divulgados ontem pelo IBGE foram os serviços e o consumo das famílias, que tiveram queda de 1% e 1,5%, respectivamente. Os dois componentes, ligados à dinâmica da renda e do mercado de trabalho, ainda vinham resistindo à perda de tração da economia.

Foi o terceiro trimestre consecutivo de queda do PIB — o que não ocorria desde 1996. Na comparação com o mesmo trimestre de 2014, a retração é de 4,5%. Os investimentos diminuíram 4% em relação ao trimestre anterior, numa série inédita de nove quedas seguidas. No acumulado de 2015, o recuo já é de 12,7% e, em quatro trimestres, de 11,2%. A indústria, com queda de 1,3% no trimestre, não dá sinais de estabilização. O pior desem-

penho, porém, veio do setor agropecuario, que registrou queda de 2,4%.

Para o economista do Goldman Sachs, Alberto Ramos, o que era uma "recessão profunda", resultante de ajustes necessários, tem se transformado em "depressão econômica", provocada pela contração expressiva da demanda doméstica.

Armando Castelar Pinheiro, do Ibré FGV é menos dramático. Diz que a paralisia decorre em grande parte da política e que as expectativas podem ser revertidas rapidamente caso governo e Congresso mudem de postura. "Não está escrito em lugar nenhum que necessariamente continuaremos com esse desempenho negativo". **Páginas A3 e A4**

Brasil

Conjuntura Recuo de 1,7% da atividade no 3º tri foi pior que o esperado e provocou onda de revisões negativas

Demanda tem recuo recorde e deve agravar queda do PIB em 2016

Camilla Veras Mota, Arícia Martins, Estevão Talar, Robson Sales e Alessandra Sarinva
De São Paulo e do Rio

O recuo de 1,7% da atividade econômica no terceiro trimestre em relação aos três meses anteriores, feitos os ajustes sazonais, veio ainda pior que o apontado pela média de projeções coletadas pelo Valor Data, de -1,3% e provocou uma série de revisões nas previsões para o Produto Interno Bruto (PIB) deste e do próximo ano. Principais surpresas negativas dos dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os serviços e o consumo das famílias, dois componentes bastante ligados à dinâmica da renda e do mercado de trabalho e que vinham resistindo mais à perda de tração da economia, sinalizam um contração mais forte do PIB nos próximos períodos.

Para economistas, o desempenho dessas duas variáveis deve se unir aos dados de queda do PIB, algo que não havia sido visto ainda na série desazonalizada, disponível desde 1996. Os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), diminuíram 4% em relação ao trimestre anterior, numa série inédita de nove quedas consecutivas, e devem encerrar o ano com um encolhimento de dois dígitos. No acumulado de 2015, o recuo já é de 12,7% e, em quatro trimestres, de 11,2%.

Já o consumo das famílias aprofundou de maneira acentuada a trajetória de queda que vinha desenhando desde o início do ano. Acumulado em quatro trimestres, a demanda privada saiu de redução de 0,6% no período encerrado em julho para um recuo três vezes maior, de 1,8%. A contração na passagem do segundo para o terceiro trimestre, de 1,5%, foi mais forte do que o 0,9% projetado pelos economistas ouvidos pelo Valor Data.

Do lado da oferta, a indústria, mesmo tendo vindo melhor que o esperado — queda de 1,3% na série

situação extremamente delicada da atividade econômica. Além de jamais ter sido visto um recuo de 4,5% no PIB de um trimestre na comparação ano a ano, são inéditos seis trimestres de queda e os recortes negativos em componentes da demanda, como o consumo das famílias (-4,5%) e a FBCF (-15%), e também da oferta, como serviços (-2,9%).

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, calcula que, no primeiro trimestre do próximo ano, a absorção doméstica — soma do consumo das famílias, do governo e dos investimentos — deve encolher 6,6% em relação a igual período deste ano, contra queda de 5,9% esperada para 2015. "Será um recuo recorde, não registrado nem no governo Collor". Nas contas da consultoria, o PIB vai cair 3,4% neste ano — com a demanda doméstica contribuindo negativamente com 5,9 pontos e as exportações líquidas amortecendo a queda, com alta de 2,8 pontos.

Nas crises de 1999 e de 2003, ressalta Vale, anos em que o PIB cresceu

Recessão caminha para ser a maior e mais longa da história

Análise

Denise Netmann
São Paulo

Nas contas do Comitê de datação de Ciclos Econômicos (Codace), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), o Brasil entrou em recessão no segundo trimestre do ano passado. A atual recessão, por essa metodologia,

já dura seis trimestres. Ainda não é a mais longa da história, mas caminha para ser a mais duradoura e a pior delas.

O Codace mapeou os ciclos de negócios (expansão e recessão) desde o início dos anos 80 e encontrou oito períodos de retração da atividade. O pior deles foi no começo dos anos 80. Do primeiro trimestre de 1981 até o primeiro trimestre de 1983, a economia brasileira encolheu 8,5% ao

longo de nove trimestres.

A recessão mais longa mapeada pelo Codace durou 11 trimestres e foi do terceiro trimestre de 1989 até o primeiro trimestre de 1992. No meio dele, esteve a pior contração do Produto Interno Bruto (PIB) de um único ano, a queda de 4,25% em 1990, no confisco do primeiro ano do governo do então presidente Fernando Collor de Mello, contra quem posteriormente foi aberto um processo de

impeachment. Ao longo daqueles 11 trimestres, entre o pico anterior e o vale, que representa o começo da recuperação econômica, o PIB recuou 7,7%.

Nas oito recessões identificadas pelo Codace, a mais recente é a do estouro da crise internacional em 2008. Foi uma recessão curta. Entre o pico (terceiro trimestre daquele ano) e o vale (primeiro trimestre de 2009) foram dois trimestres. A queda,

contudo, foi forte: 6,2%.

A recessão atual já dura — pela metodologia do Codace — seis trimestres, ao longo dos quais a economia já se contraiu 5,8%, considerando o pico (primeiro trimestre de 2014) e o terceiro trimestre deste ano. A questão é que este trimestre não parece nem um pouco com o vale do atual período recessivo. A crise atual é reforçada pela crise política, mas ela é fruto do esgotamen-

to de um modelo que abusou da âncora do consumo das famílias. Além do componente da demanda (afetada por falta de crédito, aumento do desemprego e queda da renda) ela traz um forte recuo do investimento e a ausência de confiança tanto dos consumidores como dos empresários dos mais diversos setores. Esses dois componentes, juntos, reduzem ainda mais a perspectiva de uma recuperação da economia.

O Mercado **Farmacêutico**

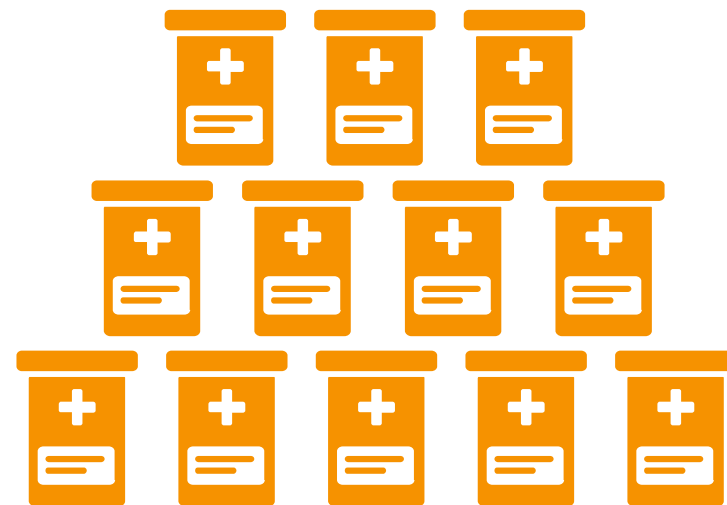


Faturamento da Indústria Farmacêutica

2015



2015/2014



3,4 BILHÕES
DE CAIXAS

EM UNIDADES

Ranking dos Mercados Mundiais

2010

- 1º EUA
- 2º Japão
- 3º China
- 4º Alemanha
- 5º França
- 6º Itália
- 7º Reino Unido
- 8º Espanha
- 9º Canadá
-  **10º Brasil**
- 11º Coréia do Sul
- 12º Austrália
- 13º Índia
- 14º México

2015

- 1º EUA
- 2º China
- 3º Japão
- 4º Alemanha
- 5º França
- 6º Reino Unido
-  **7º Brasil**
- 8º Itália
- 9º Canadá
- 10º Espanha
- 11º Venezuela
- 12º Índia
- 13º Rússia
- 14º Coréia do Sul

2020

- 1º EUA
- 2º China
- 3º Japão
- 4º Alemanha
-  **5º Brasil ?**
- 6º Reino Unido
- 7º Itália
- 8º França
- 9º Índia
- 10º Canadá
- 11º Espanha
- 12º Rússia
- 13º Coréia do Sul
- 14º México

ACESSO



Brasil e Mundo

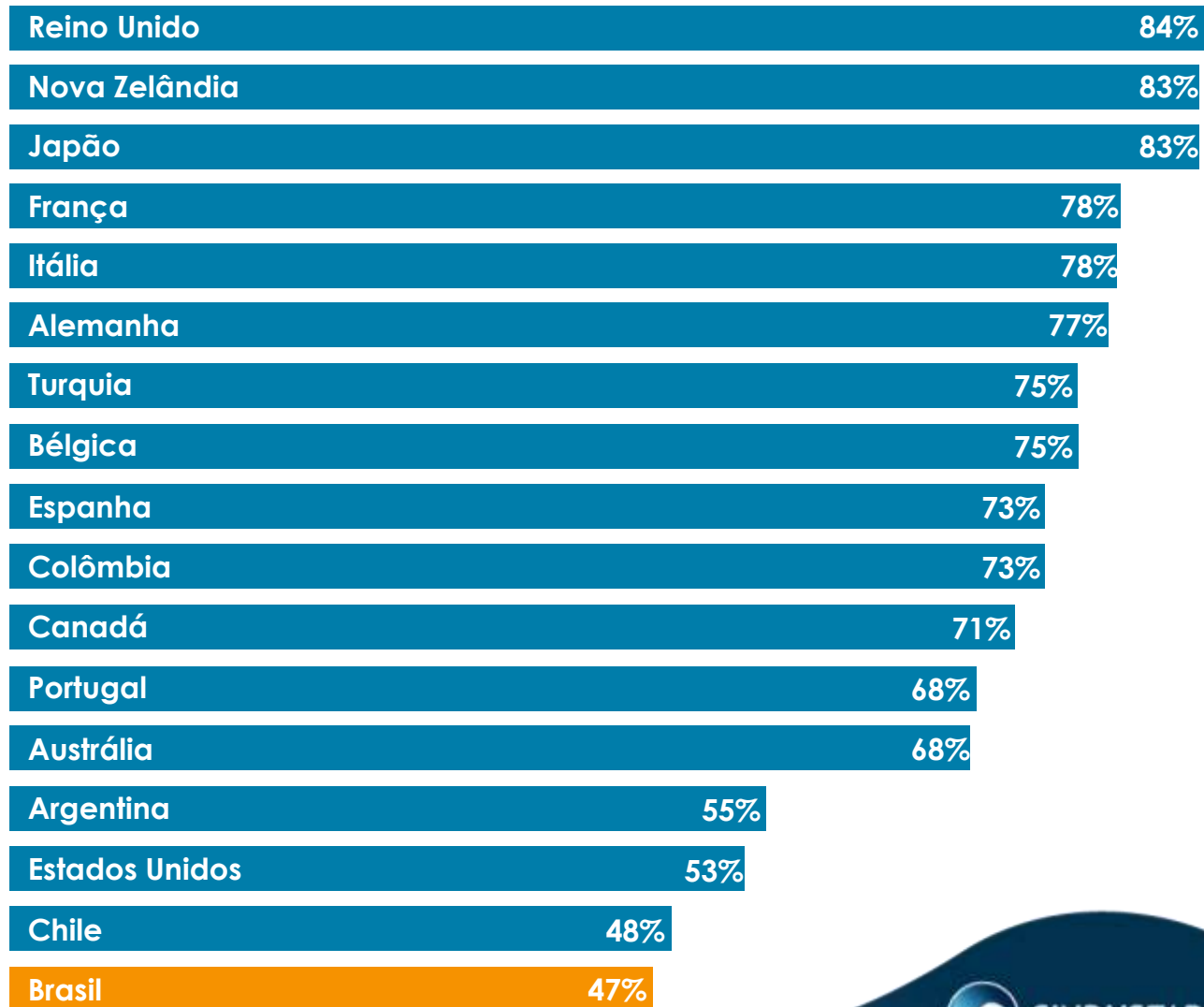
- Crescente aumento do número de tecnologias disponíveis no mercado;
- Rápida velocidade de difusão dessas tecnologias;
- Alto custo das novas tecnologias;
- Aumento da demanda para incorporação de novas tecnologias - demanda gerada pela oferta;
- Aumento dos gastos com tecnologias em saúde x Limitação orçamentária;
- Tecnologias pouco eficazes em uso

Brasil e Mundo

- Baixo investimento estatal, comparado a outros países.
- Falta de maior eficiência nos gastos.
- Custos em saúde crescem velozmente, em dois, as vezes, três dígitos.
- Nossa Regulação iniciou-se em 2001, e o medicamento mais caro, à época, era o Glivec, custando cerca de R\$ 2.000,00 a caixa. Hoje, temos em nosso mercado o Paclitaxel custando cerca de R\$ 83.000,00 a caixa, com preço concedido sob a égide da rígida regulação econômica da CMED.

Participação pública na despesa total com saúde

Fonte: WHO; World Health Statistics, 2012
Elaboração: Sindusfarma / Gerência de Economia



CONITEC

Jan/2016 a mar/2016

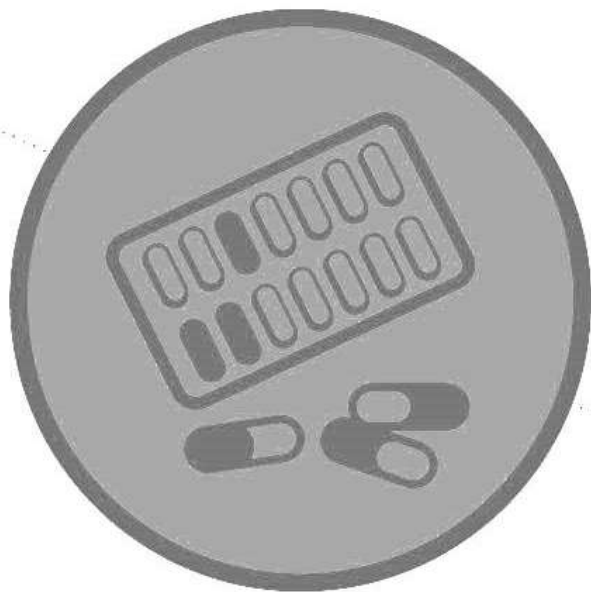
- Consultas públicas → **145**
- Tecnologias incorporadas → **180**
- Não incorporadas → **163**

Média de incorporação=> Total: 44% (180); Demanda Interna: 82% (148); Demanda Externa: 18% (32);

Média de negativas* de incorporação=> Total: 40% (163); Demanda Interna: 7% (11); Demanda Externa: 93% (152).

CONITEC

Demandas – Tipo de Tecnologia



62% (294)
medicamentos

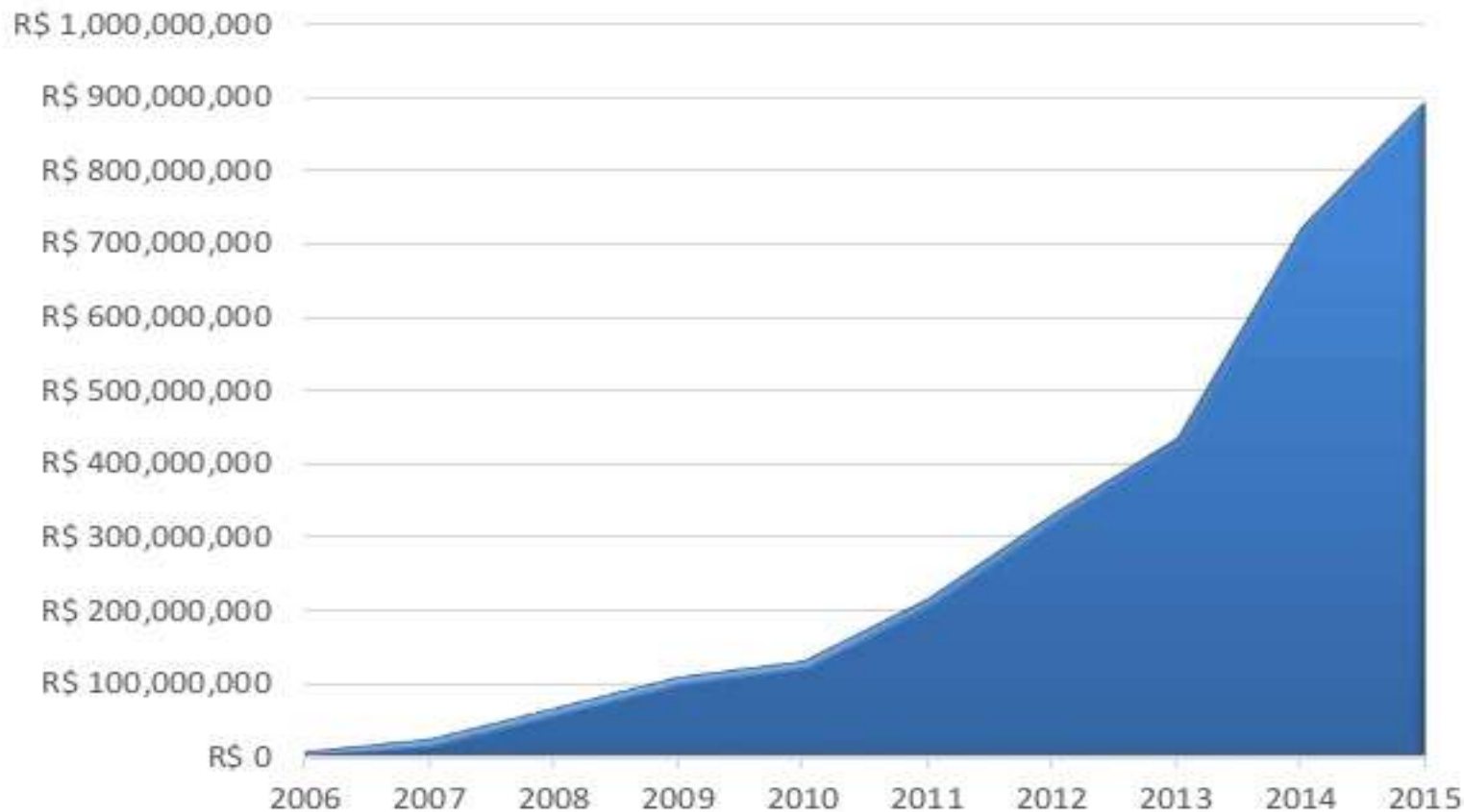


23% (99) procedimentos
14% (68) produtos
1% (4) protocolos

Cenário Judicialização

Orçamento destinado a atender ações judiciais – SCTIE/MS

Período: **2006 a 2015**



Fonte: SCITE - Ministério da Saúde

Elaboração: Sindusfarma / Diretoria de Mercado e Assuntos Jurídicos

Cenário Judicialização

Vacinas

Período: Janeiro a Abril de 2016

Dispensa/ Inexigibilidade de Licitação

Período	Quantidade	R\$
Janeiro 2016	56.258	385.854.099
Fevereiro 2016	132.960	69.512.492
Março 2016	234.510	143.330.475
Abril 2016	202.999	60.434.086

Depósito em Conta Judicial

Quantidade	R\$
238	3.239.999
302	6.503.498
173	7.575.129
256	4.159.376



PROPOSTAS PARA REDUZIR A JUDICIALIZAÇÃO

Cinco compromissos:

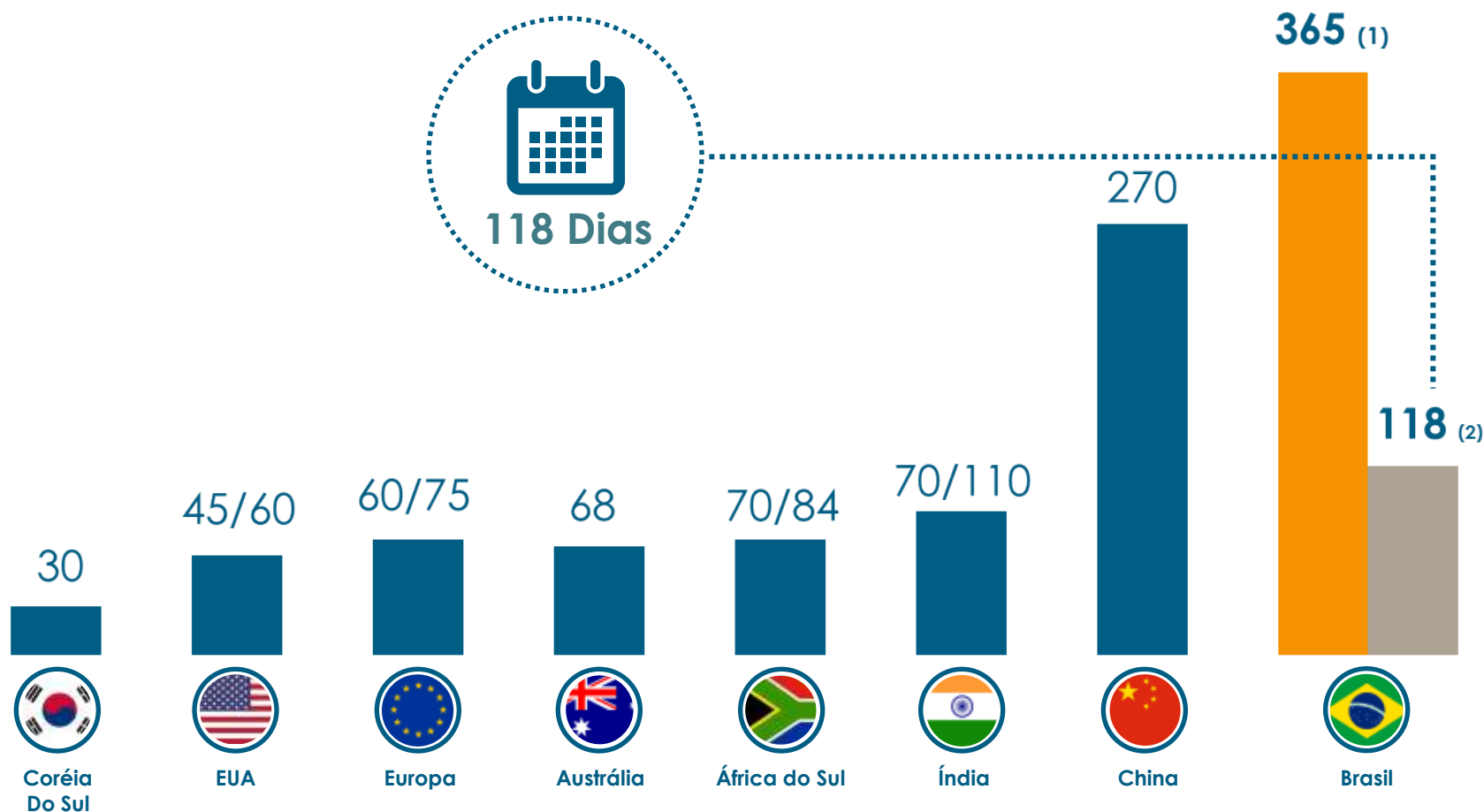
- Agilizar a atualização dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) já existentes e na elaboração de novos;
- Fortalecer a Comissão de Incorporação de Tecnologias do Ministério da Saúde, agilizando suas decisões e tornando seu funcionamento mais transparente;
- Aperfeiçoar a organização da pesquisa em rede de centros de referência para estabelecer resultados nacionais;
- Fortalecer os centros de referência especialmente para a assistência a pacientes que necessitam de medicamentos de alto custo.
- Criar mecanismos para oferecer ao Judiciário assessoria técnica para subsidiar suas decisões.

PESQUISA CLÍNICA NO BRASIL

Uma forma de Acesso



CONEP - Tempo para aprovação da Pesquisa Clínica (em dias)

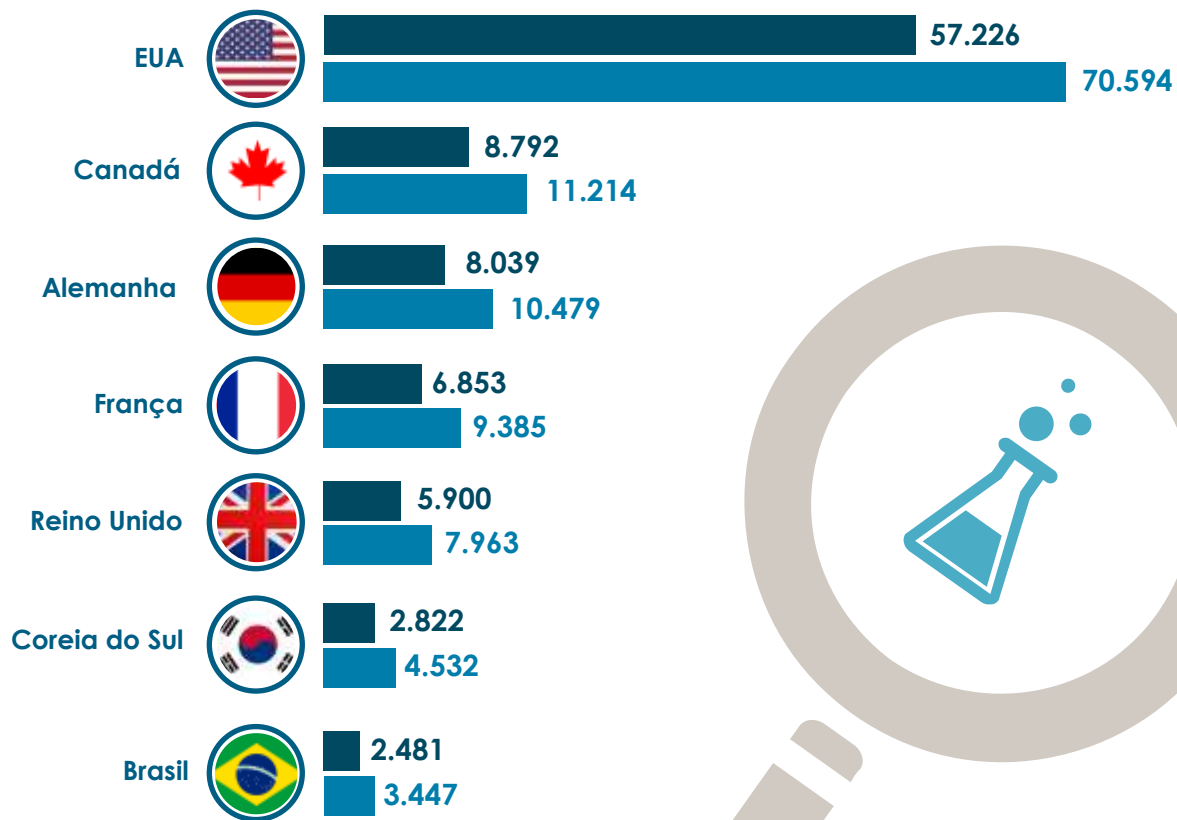


Fonte: Abraco, Anvisa, Clinical Tryals, MCTI e Medic/ Ministério da Saúde

(1) Dados de Novembro/2013

(2) Dados de Janeiro/2014

CONEP - Ranking mundial de pesquisa clínica



■ 2011 ■ 2013

Fonte: Abraco, Anvisa, Clinical Tryals, MCTI e Medic/ Ministério da Saúde – Nov/13

Elaboração: Sindusfarma/ Diretoria de Mercado e Assuntos Jurídicos

Bruno Abreu

Diretor de Mercados e Assuntos Jurídicos

bruno@sindusfarma.org.br
www.sindusfarma.org.br